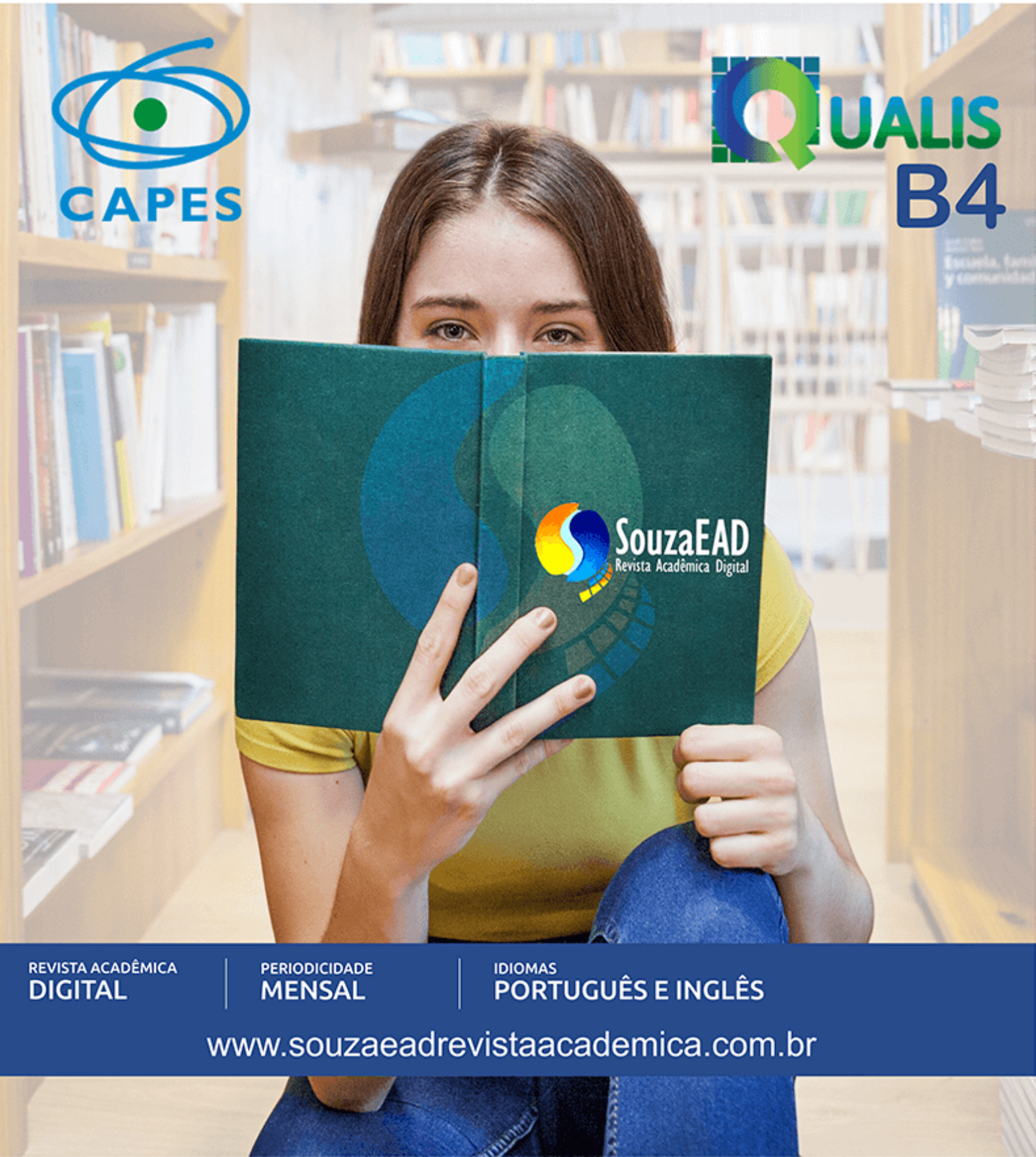
SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital

REVISTA ACADÊMICA DIGITAL

ISSN 2595-5934

AGO 2025 EDIÇÃO Nº 88



REVISTA ACADÊMICA DIGITAL | PERIODICIDADE MENSAL | IDIOMAS PORTUGUÊS E INGLÊS

www.souzaeadrevistaacademica.com.br

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA BREVE DISCUSSÃO

SOCIAL REPRESENTATIONS AND AUTISM SPECTRUM DISORDER: A BRIEF DISCUSSION

SILVA, Gean Carlos Romão Da[1]

RESUMO

Este artigo examina como as representações sociais moldam a compreensão e o tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade contemporânea. A partir de revisão bibliográfica sistemática e análise de discursos midiáticos, familiares e escolares, investigamos de que modo crenças coletivas podem tanto favorecer quanto dificultar processos de inclusão. O percurso metodológico combinou revisão narrativa de trabalhos acadêmicos e análise de diferentes abordagens em relação ao TEA.Os resultados apontam para a persistência de estereótipos que vinculam o TEA exclusivamente a déficits, reforçando práticas segregadoras; contudo, emergem narrativas que valorizam a neurodiversidade e impulsionam políticas de apoio. Concluímos que a desconstrução de imagens estigmatizantes requer intervenções educativas dirigidas a múltiplos públicos e produção contínua de conhecimento científico acessível. A discussão sugere caminhos para a construção de representações mais inclusivas, capazes de influenciar positivamente políticas públicas e práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Representações Sociais. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. Estigma. Neurodiversidade.

ABSTRACT

This article examines how social representations shape the understanding and treatment of Autism Spectrum Disorder (ASD) in contemporary society. Based on a systematic literature review and analysis of media, family, and school discourse, we investigate how collective beliefs can both favor and hinder inclusion processes. The methodological approach combined a narrative review of academic works and an analysis of different approaches to ASD. The results point to the persistence of stereotypes that link ASD exclusively to deficits, reinforcing segregating practices; however, narratives emerge that value neurodiversity and promote supportive policies. We conclude that deconstructing stigmatizing images requires educational interventions aimed at multiple audiences and the continuous production of accessible scientific knowledge. The discussion suggests paths for constructing more inclusive representations capable of positively influencing public policies and pedagogical practices.

Keywords: Social Representations. Autism Spectrum Disorder. Inclusion. Stigma. Neurodiversity.

[1] Fonoaudiólogo pela Faculdade Integrada do Recife. Pós-Graduação em Psicologia Social pela Faculdade FaSouza. geanfono@yahoo.com.br

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

1 INTRODUÇÃO

As representações sociais exercem papel determinante na forma como determinados grupos, fenômenos e condições são percebidos, interpretados e tratados no tecido social. No caso do Transtorno do Espectro Autista (TEA), essas representações tornam-se ainda mais significativas, pois impactam diretamente os modos de convivência, as políticas públicas, os processos educacionais e a atuação de profissionais da saúde e da educação, o TEA é objeto de uma gama diversificada de discursos — científicos, midiáticos e populares — que nem sempre refletem a complexidade e pluralidade das experiências vividas por pessoas autistas.

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente as representações sociais construídas em torno do TEA, identificando os principais elementos que as compõem, seus efeitos sobre os sujeitos e as práticas sociais que delas decorrem. Para tanto, adota-se como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2003), que compreende tais construções simbólicas como formas de conhecimento socialmente elaboradas e compartilhadas, com a função de orientar comportamentos e facilitar a comunicação entre os indivíduos. A análise parte do pressuposto de que as representações sociais do autismo, ao serem construídas em contextos culturais e históricos específicos, reproduzem valores, medos, preconceitos e idealizações que nem sempre dialogam com os conhecimentos científicos atualizados nem com os relatos das próprias pessoas autistas.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de ampliar o debate acerca da inclusão social e educacional de sujeitos autistas, especialmente em contextos escolares e familiares onde o desconhecimento e a desinformação ainda predominam. A pesquisa delimita-se à análise de representações sociais produzidas no Brasil, com ênfase nos discursos veiculados entre os anos de 2015 e 2024, período marcado por crescimento exponencial no número de diagnósticos e por avanços legislativos relacionados à educação inclusiva. Foram consultados documentos normativos, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial, além de literatura acadêmica nacional e internacional, artigos científicos e reportagens da grande mídia.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

Definido o escopo da investigação, este trabalho se propõe a responder: de que maneira as representações sociais sobre o TEA influenciam práticas de inclusão e exclusão no contexto contemporâneo? A introdução delineia, assim, o "o que" será desenvolvido — a análise das representações sociais sobre o autismo — e o "como" — por meio de revisão teórica, análise documental e estudo de discursos. Dessa forma, busca-se não apenas mapear os sentidos atribuídos ao autismo, mas também refletir sobre estratégias de desconstrução de estigmas e construção de narrativas mais inclusivas, que reconheçam a neurodiversidade como parte legítima da condição humana.

2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUA FUNÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL

A compreensão do TEA na vida cotidiana e nas instituições depende, em larga medida, da forma como o fenômeno é simbolizado, compartilhado e legitimado coletivamente. Nessas dinâmicas, operam as representações sociais — sistemas cognitivo-simbólicos produzidos no contato entre o saber científico e o senso comum (MOSCOVICI, 2003). Nesta seção, discute-se, de maneira aprofundada, (i) os fundamentos da Teoria das Representações Sociais (TRS) e (ii) os mecanismos que tornam tais representações centrais para a difusão (ou distorção) do conhecimento sobre o autismo no espaço público brasileiro contemporâneo.

2.1 FUNDAMENTOS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

2.1.1 Gênese histórica e conceitual

A TRS emerge na década de 1960, em resposta à necessidade de explicar como grupos leigos assimilam, ressignificam e transmitem ideias oriundas da ciência (MOSCOVICI, 1961). Distanciando-se da noção de estereótipo, considera as representações fenômenos dinâmicos, construídos na interseção entre cultura, comunicação e cognição (JODELET, 1989). Assim, o conceito desloca o foco da análise psicológica individual para o nível sociocultural, onde crenças circulam, ganham forma narrativa e orientam condutas.

2.1.2 Estrutura e processos formadores

Duas operações nucleares sustentam a produção representacional:

- Ancoragem – processo de interpretação que traduz o desconhecido em categorias familiares, “ancorando” o novo saber a matrizes culturais preexistentes. No caso do TEA, diagnósticos clínicos frequentemente são ancorados em metáforas biomédicas (“déficit”, “distúrbio”) ou em arquétipos midiáticos (“gênio incompreendido”, “criança problema”).
- Objetivação – transformação do abstrato em imagens concretas, tangíveis. Símbolos como o laço infinito colorido (símbolo da neurodiversidade) ou a figura do personagem “autista prodígio” em séries televisivas exemplificam a objetivação que confere materialidade ao conceito de autismo.

2.1.3 Dimensões estruturais da representação

Conforme a abordagem estrutural (ABRIC, 1994), cada representação social possui:

- Núcleo central – elementos estáveis, compartilhados pela maioria do grupo (e.g., “autismo é um transtorno neurológico”), garantindo continuidade e coerência.
- Sistema periférico – camada flexível, sensível ao contexto, onde se negociam valores, afetos e experiências individuais (e.g., “autistas são criativos”, “são agressivos”).

A tensão entre núcleo e periferia explica a permanência de estereótipos paralela à incorporação progressiva de discursos inclusivos e da noção de neurodiversidade.

2.1.4 Funções sociais

As representações cumprem quatro funções primordiais (ABRIC, 1994):

1. Conhecimento – oferecem esquemas interpretativos para decifrar fenômenos complexos;
2. Identitária – delineiam fronteiras entre “nós” e “outros”, influenciando a forma como pessoas autistas são categorizadas;
3. Orientadora – guiam práticas, decisões políticas e pedagógicas (e.g., escolha de metodologias de ensino, políticas de intervenção precoce);

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

4. Justificadora – legitimam posturas e estruturas sociais, podendo sustentar exclusões ou fomentar transformações.

2.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O AUTISMO

2.2.1 Fontes circulatórias de representação

No Brasil (2015-2024), três grandes canais se destacam na (re)produção de representações sobre o TEA:

a) Ciência e profissão – Artigos acadêmicos, manuais diagnósticos (DSM-5, CID-11) e protocolos clínicos formam a base "especializada". Contudo, a tradução desse saber para o público leigo é desigual, gerando hiatos interpretativos (SILVA, 2023).

b) Mídia e redes sociais – Jornais, TV e, sobretudo, plataformas como Instagram, TikTok e YouTube amplificam narrativas simplificadas ou sensacionalistas (COLOMÉ et al., 2024). Influencers autistas também emergem como contranarrativa, tensionando discursos estigmatizantes.

c) Experiência cotidiana – Famílias, escolas e organizações não governamentais (ONGs) constituem microespaços onde as representações se mantêm, se transformam ou se conflitualizam. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial (2008) obrigam a escola a repensar suas práticas, mas a operacionalização dessa legislação depende de mudanças representacionais entre docentes e gestores.

2.2.2 Configurações representacionais predominantes

Estudos qualitativos (MACHADO, 2021) apontam quatro macrotemas que estruturam o imaginário social:

1. Patológico – enfatiza anormalidades neurológicas, associando TEA a incapacidades permanentes;

2. Gênio prodígio – constrói o mito do "savant", propagado por produções hollywoodianas (Rain Man, The Good Doctor), que restringem a diversidade do espectro;

3. Fardo familiar – retrata o autista como fonte de sobrecarga emocional e financeira, reforçando narrativas de sofrimento;

4. Neurodiversidade – discursos em ascensão que reivindicam o autismo como diferença neurológica, não patologia — base para políticas baseadas em direitos (ARAUJO, SILVA, ZANON, 2023).

Essas configurações coexistem e disputam hegemonia no debate público, influenciando leis, alocação de recursos e práticas escolares.

2.2.3 Impacto sobre políticas e práticas

- Educação – Representações deficitárias geram modelos segregadores (salas "especiais"), enquanto a ótica da neurodiversidade fundamenta planejamento universal e desenho universal para aprendizagem (DUA).
- Saúde – Foco excessivo em cura ou normalização comportamental leva a intervenções biomédicas invasivas (uso indiscriminado de psicofármacos). Abordagens centradas em qualidade de vida preconizam terapias baseadas na comunicação funcional e no interesse do indivíduo.
- Família – Narrativas de culpa materna (remanescentes de teorias refutadas, como a "mãe-geladeira") ainda circulam, afetando bem-estar psíquico e adesão a serviços de apoio.

2.2.4 Relação com o ativismo autista

A partir de 2018, coletivos como "Orgulho Autista Brasil" e o movimento #AutistaSouEu intensificam produção de conteúdo, reivindicando participação ativa na construção de políticas. Esse ativismo reconfigura a fala, deslocando a autoridade exclusiva de especialistas para incluir a experiência em primeira pessoa, fenômeno descrito por Chimura (2020).

2.2.5 Síntese e articulação crítica

A difusão do conhecimento sobre o TEA, longe de ser linha reta, opera em circuito dialógico: ciência → mídia → cotidiano → retroalimentação à ciência. Quando dominado por representações estigmatizantes, esse circuito reforça práticas de exclusão; quando permeado pela perspectiva de neurodiversidade, abre espaço para reconhecimento de direitos. Assim, compreender os processos de ancoragem e objetivação é requisito indispensável para profissionais que desejam intervir, não apenas no nível técnico, mas no simbólico — condição *sine qua non* para a efetiva

inclusão escolar e social prevista pela LBI (2015) e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

2.3 CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

A análise até aqui evidencia que as representações sociais do autismo constituem um campo de forças onde saberes científicos, valores culturais e experiências vividas se cruzam. Reconhecer a pluralidade e a historicidade dessas representações permite: (a) desvendar a gênese de estigmas, (b) identificar pontos de inflexão onde intervenções educativas podem gerar mudança e (c) subsidiar políticas que respeitem a singularidade de cada pessoa autista. Nos tópicos subsequentes, aprofundaremos o impacto direto dessas representações na inclusão escolar, nos vínculos familiares e na identidade autista, propondo estratégias para sua desconstrução e reconstrução em chave inclusiva e emancipatória.

3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TEA E SEUS IMPACTOS NA INCLUSÃO

A forma como o TEA é representado socialmente exerce influência direta nas possibilidades de inclusão e participação plena das pessoas autistas nos diversos espaços da vida social. A permanência de estereótipos e a disseminação de narrativas simplificadas — muitas vezes originadas ou reforçadas por mídias de massa, discursos médicos e práticas escolares — operam como dispositivos simbólicos de exclusão. Nesta seção, discute-se como essas representações se estruturam na sociedade contemporânea brasileira, seus efeitos concretos na vida cotidiana e os caminhos possíveis para a reconstrução de um imaginário mais inclusivo, com base na neurodiversidade e nos direitos humanos.

3.1 REPRESENTAÇÕES PREDOMINANTES SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

3.1.1 Modelos estigmatizantes e caricaturais

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

As representações sociais sobre o autismo são frequentemente reduzidas a modelos estigmatizantes que simplificam e distorcem a complexidade do espectro. De um lado, a figura do “autista gênio” — influenciada por personagens como Raymond Babbitt (em *Rain Man*) ou Shaun Murphy (em *The Good Doctor*) — promove uma visão hiperfuncionalizada, onde o valor do sujeito é medido pela sua capacidade intelectual excepcional. De outro, permanece vigente a imagem do “autista sem autonomia”, que reforça a ideia de dependência absoluta e disfuncionalidade total.

Ambos os modelos são limitantes e excludentes: o primeiro ignora a diversidade de perfis e experiências dentro do espectro, gerando expectativas irreais; o segundo desumaniza e apaga a agência de pessoas com maiores necessidades de apoio, negando-lhes o direito à autodeterminação (ASSUNÇÃO, 2025).

3.1.2 Medicalização e tecnicismo nos discursos

A linguagem médica, ainda hegemônica na construção de sentido sobre o TEA, tende a acentuar o caráter patológico da condição. Expressões como “transtorno”, “deficiência”, “sintomas” e “intervenção precoce” são amplamente empregadas em laudos, manuais diagnósticos e na própria legislação. Embora esses termos tenham função operativa no campo clínico, sua transposição acrítica para o senso comum contribui para a coisificação do sujeito autista e a sua interpretação como “problema a ser resolvido”.

Além disso, a medicalização do comportamento infantil tem levado a diagnósticos excessivos e uso indiscriminado de psicotrópicos, especialmente em contextos escolares onde a divergência de conduta é mal compreendida. Conforme apontado por Lago (2007), muitas escolas interpretam sinais de hiperfoco, sensibilidade sensorial ou dificuldades na interação como evidências de inadequação, reforçando a lógica da normalização e do controle.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

3.2 EFEITOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA VIDA COTIDIANA DE PESSOAS AUTISTAS

3.2.1 Inclusão escolar e barreiras simbólicas

A inclusão educacional de estudantes autistas enfrenta desafios que não se limitam à infraestrutura ou à formação docente, mas que residem, sobretudo, nas representações que professores, gestores e colegas constroem sobre esses sujeitos. Quando prevalece a imagem do autista como “incomunicável”, “agressivo” ou “incapaz de aprender”, é comum que o aluno seja isolado, tenha suas potencialidades desconsideradas ou seja encaminhado para classes segregadas.

Estudos de campo (SANINI, BOSA, 2015) demonstram que atitudes docentes são moldadas não apenas por políticas públicas ou capacitações, mas por crenças profundamente enraizadas, muitas vezes inconscientes. A ancoragem do autismo como uma “doença mental grave” é exemplo claro de representação social que bloqueia a construção de práticas pedagógicas baseadas em acolhimento e adaptação curricular. A ausência de escuta ativa e de individualização dos processos de ensino-aprendizagem contribui para a reprodução de desigualdades e para o sentimento de não pertencimento.

3.2.2 Impactos familiares e comunitários

No âmbito familiar, representações sociais negativas também impõem uma carga simbólica que afeta profundamente os vínculos afetivos e as expectativas em relação ao futuro da criança. Muitos pais, ao receberem o diagnóstico, passam por processos de luto simbólico — não pela condição da criança em si, mas pela frustração de um ideal socialmente construído (HILÁRIO, AZEVEDO, SOUZA, 2021). Esse luto é retroalimentado por discursos que associam o autismo à tragédia, à culpa parental ou à ausência de cura.

As mães, em especial, são frequentemente responsabilizadas — explícita ou implicitamente — por supostos déficits na socialização dos filhos, resquício das ultrapassadas teorias da “mãe-geladeira”. Esse modelo, já descreditado na ciência há décadas, ainda encontra eco no imaginário social, afetando a autoestima materna e sua capacidade de agir como mediadora do processo de inclusão.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

No campo comunitário, as representações afetam a forma como o sujeito autista é tratado em espaços coletivos: igrejas, centros esportivos, festas escolares, serviços públicos e ambientes de trabalho. A falta de compreensão sobre as características do espectro contribui para rejeição, isolamento e capacitismo. Como consequência, muitas famílias acabam restringindo a vida social do autista por medo do julgamento ou pela exaustão emocional de “explicar o tempo todo”.

3.2.3 Identidade e autoimagem da pessoa autista

As representações sociais não atuam apenas de fora para dentro. Pessoas autistas, especialmente adolescentes e adultos diagnosticados tardiamente, internalizam os discursos que circulam sobre elas. Essa internalização pode gerar sentimentos de inadequação, autoexclusão ou negação da própria identidade neurodiversa (NALIN et. al., 2022).

Contudo, cresce no Brasil e no mundo o movimento de autistas que se reconhecem como sujeitos políticos e produtores de saberes. Essa reconfiguração da identidade, pautada na valorização da neurodiversidade, tem permitido a emergência de uma nova gramática de pertencimento, onde ser autista não é sinônimo de disfunção, mas expressão legítima da diversidade neurológica humana.

3.3 CAMINHOS PARA A RECONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS MAIS INCLUSIVAS

3.3.1 O papel da educação crítica e da formação docente

A escola, como espaço privilegiado de socialização, tem um papel crucial na transformação das representações sociais. Isso exige não apenas formação técnica, mas formação ética e política, capaz de provocar reflexões sobre os próprios preconceitos, valores e concepções que os educadores carregam. A pedagogia inclusiva precisa ir além da adaptação de conteúdos: ela demanda escuta, flexibilidade, empatia e compromisso com a equidade.

O trabalho com projetos interdisciplinares, narrativas autobiográficas de autistas, uso de literatura infantil com personagens neurodivergentes e rodas de

conversa são exemplos de estratégias que ajudam a desconstruir imaginários excludentes e a promover uma cultura escolar que celebre a diferença como potência.

3.3.2 A valorização da escuta ativa de pessoas autistas

Nada sobre nós sem nós. Essa máxima do movimento das pessoas com deficiência também é central para o debate sobre o autismo. A construção de políticas públicas, materiais educativos e estratégias de inclusão só será ética e efetiva se incluir a participação ativa de pessoas autistas como sujeitos de fala e não apenas como objetos de estudo. Valorizar a experiência vivida, reconhecer os saberes corporificados e incentivar o protagonismo autista são passos indispensáveis para a construção de representações mais justas.

3.3.3 Mídia, legislação e políticas públicas baseadas na neurodiversidade

A mídia deve ser convocada a desempenhar um papel pedagógico, evitando sensacionalismo e promovendo narrativas pluralizadas sobre o autismo. Reportagens que apresentam a diversidade do espectro, entrevistas com autistas adultos, discussões sobre acessibilidade e direitos civis contribuem para formar um imaginário mais realista e inclusivo.

Além disso, é preciso que as políticas públicas — como o Plano Nacional de Educação, os currículos escolares, os programas de formação profissional e as campanhas de saúde — sejam alinhadas aos princípios da neurodiversidade, que reconhece o autismo como variação natural da cognição humana, e não como desvio a ser corrigido. Isso exige mudanças estruturais na maneira como a sociedade concebe normalidade, produtividade e pertencimento.

3.4 CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

A análise aqui desenvolvida mostra que as representações sociais do TEA, ao mesmo tempo em que refletem a cultura de uma sociedade, também a produzem e moldam. O enfrentamento dos estigmas e das exclusões simbólicas passa pela valorização do diálogo entre ciência e cotidiano, pela escuta das vozes autistas e pela

adoção de uma perspectiva ética, interseccional e transformadora. A inclusão não é um dado, mas uma construção — e essa construção começa pela disputa no campo simbólico, onde as representações se erguem ou se desfazem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações sociais sobre o TEA constituem um campo simbólico complexo, onde interagem saberes científicos, discursos midiáticos, experiências cotidianas e valores culturais historicamente construídos. Neste artigo, buscamos compreender como essas representações são formadas, propagadas e internalizadas, bem como seus impactos diretos na inclusão escolar, social e subjetiva das pessoas autistas.

Ao longo da análise, verificou-se que a permanência de modelos estigmatizantes — como o autista “genial” ou “totalmente incapaz” — compromete a construção de práticas efetivamente inclusivas e dificulta o reconhecimento da neurodiversidade como parte legítima da condição humana. A medicalização excessiva, a centralidade de discursos técnicos e a ausência de espaços de escuta ativa para pessoas autistas são exemplos de como as representações sociais, quando não questionadas, perpetuam exclusões simbólicas e materiais.

Por outro lado, observamos a emergência de novos discursos, impulsionados por coletivos de autistas, educadores engajados e pesquisadores comprometidos com a ética da diversidade. Esses movimentos tensionam as representações hegemônicas e abrem caminho para a construção de imaginários sociais mais plurais, que reconhecem o valor da diferença e a importância da escuta intersubjetiva.

A escola, a mídia, as famílias e os espaços de cuidado são convocados a repensar suas práticas e seus pressupostos. Promover a inclusão não é apenas garantir acesso físico a espaços, mas reconfigurar simbolicamente esses espaços para que acolham as múltiplas formas de ser, perceber e interagir com o mundo. Isso só será possível mediante uma profunda transformação das representações sociais, ancorada em uma pedagogia crítica e em políticas públicas baseadas no paradigma da neurodiversidade.

SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
AGO 2025 EDIÇÃO Nº88

Como encaminhamento, sugerimos o investimento em formações docentes que articulem teoria crítica das representações com práticas pedagógicas inclusivas, o fomento à participação ativa de pessoas autistas na construção de materiais e políticas, e o incentivo à pesquisa interdisciplinar que integre psicologia social, educação, comunicação e direitos humanos. A desconstrução de imagens estigmatizantes é tarefa coletiva, contínua e urgente — e representa um passo fundamental na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC (Org.), *Pratiques e représentations sociales.* Paris: PUF, 1994.

ARAUJO, Ana Gabriela Rocha; SILVA, Mônia Aparecida da; ZANON, Regina Basso. Autismo, neurodiversidade e estigma: perspectivas políticas e de inclusão. Psicologia Escolar e Educacional, v. 27, p. e247367, 2023.

ASSUNÇÃO, Andressa Cristina de Oliveira. Análise semiótica de estereótipos autistas: entre o gênio e o incapaz. In: Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre. 2025.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.

CHIMURA, Willian. Autismo e ativismo pela Internet: um relato de experiência do canal “Willian Chimura”. Boletim do Instituto de Saúde-BIS, v. 21, n. 1, p. 129-139, 2020.

COLOMÉ, Carolina Schmitt et al. Redes sociais significativas maternas: significados e movimentos diante do autismo. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 44, p. e261546, 2024.

HILÁRIO, Adriana Souza; AZEVEDO, Isana Hipólito; DE SOUZA, Julio Cesar Pinto. Autismo nas relações parentais: os impactos psicossociais vivenciados por pais de crianças diagnosticadas com TEA/Autism in parental relationships: the psychosocial impacts experienced by parents of children diagnosed with ASD. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 6, p. 24819-24831, 2021.

JODELET, Denise et al. Représentations sociales: un domaine en expansion. Les représentations sociales, v. 5, n. 1, p. 45-78, 1989.

LAGO, Mara. Autismo na escola: ação e reflexão do professor. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grade do Sul. 2007.

MACHADO, Leticia Vier. O autismo na pólis: efeitos sobre o lugar da criança no imaginário social no Brasil. *Estilos Da Clínica*, *26*(2), 411-412. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v26i2p411-412

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Secretaria de Educação Especial, 2008.

MOSCOVICI, Serge. La représentation sociale de la psychanalyse. Bulletin de psychologie, v. 14, n. 194, p. 807-810, 1961.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: Investigações em psicologia social. Vozes, v. 9, 2003.

NALIN, L. M.; MATOS, B. A. de; VIEIRA, G. G.; ORSOLIN, P. C. Impacts of late diagnosis of autism spectrum disorder in adults. Research, Society and Development, *[S. l.]*, v. 11, n. 16, p. e382111638175, 2022.

ONU - Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)., 2015.

SANINI, Cláudia; BOSA, Cleonice Alves. Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora. Estudos de Psicologia (Natal), v. 20, n. 3, p. 173-183, 2015.

SILVA, Stephanie Ribeiro et al. Cartilha de orientação para pais sobre os marcos do desenvolvimento e manifestações do TEA na primeira infância. Revista Ciências Da Saúde CEUMA, v. 1, n. 1, p. 43-51, 2023.